

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO****ATO Nº 196, DE 1º DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4245/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante dos autos do Processo Administrativo TST nº 500.541/2015-0, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 25/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora MÁRCIA NUNES KOSINSKI, código 3791, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 164, de 30/3/2015, publicado no DOU de 6/4/2015.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 197, DE 1º DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4193/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante dos autos do Processo Administrativo TST nº 500.631/2016-9, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora ALTAMIRA OLIVEIRA DA SILVA, código 8232, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 210, de 29/4/2016, publicado no DOU de 3/5/2016.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 198, DE 1º DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4208/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante dos autos do Processo Administrativo TST nº 501.160/2016-8, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora JOAQUINA PEREIRA DA FRANÇA AMARAL, código 11499, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 204, de 25/4/2016, publicado no DOU de 28/4/2016.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 199, DE 1º DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4225/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante dos autos do Processo Administrativo TST nº 502.209/2017-2, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria do servidor JOSÉ NILSON BARBOSA, código 3737, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 353, de 7/7/2017, publicado no DOU de 17/7/2017.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 200, DE 1º DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4209/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 502.880/2016-1, resolve:

Excluir, com efeitos a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora LOUISIANE VILA NOVA KRUSCHEWSKY, código 6265, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 9, de 12/1/2017, publicado no DOU de 23/1/2017.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 207, DE 2 DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 3837/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 502.207/2017-5, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora SUELI PEREIRA NECO SEVERO, código 9249, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 361, de 13/7/2017, publicado no DOU de 2/8/2017.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 208, DE 2 DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 3180/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 504.288/2015-3, resolve:

Excluir, com efeitos a contar de 24/4/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora LUIZA PEREIRA BARBOSA, código 5858, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 624, de 12/11/2015, publicado no DOU de 16/12/2015.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 210, DE 2 DE JUNHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 4398/2020, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante dos autos do Processo Administrativo TST nº 505.175/2015-9, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 9/5/2020, o art. 14, § 2º, da Lei nº 9.421/1996 do fundamento legal da aposentadoria da servidora VERA MUSIALOWSKI SILVEIRA DE SOUZA, código 11194, concedida mediante a Resolução Administrativa TST nº 814, de 6/9/2001, publicada no DJ de 16/10/2001, alterada pelo ATO.SRLP.SERH.GDGCA.GP.Nº 382, de 15/9/2003, publicado no DJ de 18/9/2003, e pelo ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 357, de 3/8/2016, publicado no DOU de 4/8/2016.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI